

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.207 - SP (2015/0260987-6)

RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
ADVOGADOS : ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES E OUTRO(S) - SP172265  
FERNANDA MAGNUS SALVAGNI - SP277746B  
RECORRIDO : ADOLFO PEREIRA DOS SANTOS  
RECORRIDO : DAILSON AUREO MOULIN  
RECORRIDO : JOAO BARGA  
RECORRIDO : JOAO VILLANOVA  
RECORRIDO : JOSE DA MATTA FILHO  
RECORRIDO : JOSE DE OLIVEIRA  
RECORRIDO : JOSE DOMINGOS RODRIGUES  
RECORRIDO : LAZARO MACHADO  
RECORRIDO : RUBENS PROVASI  
ADVOGADOS : PRISCILLA DAMARIS CORRÊA - SP077868  
DANIEL CERVIGLIERI E OUTRO(S) - SP311078

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O recurso tem origem na ação ordinária de cobrança ajuizada por titulares de contas vinculadas ao FGTS, cuja pretensão era a aplicação de juros progressivos sobre os saldos, na forma da Lei n. 5.107/66.

Valor atribuído à causa originária: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

A sentença de fls. 219-224 condenou a CEF a fazer a correção do saldo dos depósitos da conta vinculada de cada autor, com a capitalização dos juros segundo a progressão prevista no art. 4º da Lei n. 5.107/66.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação da CEF.

Certidão de decurso de prazo para recurso, nesta Corte, em 14/11/2001 (fl. 373).

A decisão de fl. 475, proferida na fase de execução da sentença, determinou a citação da CEF para o cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária [R\$ 100,00 (cem reais)].

O despacho de fl. 482 determinou a intimação dos exequentes para que se manifestassem sobre a inércia da CEF, ao mesmo tempo que alertava a ré sobre a possibilidade de elevação da multa.

# Superior Tribunal de Justiça

A CEF promoveu a juntada (fls. 509-510 e 532-533) de documentos que comprovariam o cumprimento da obrigação.

A decisão de fl. 601 declara integralmente cumprida a obrigação de fazer e extingue a execução em relação aos autores que indica.

Os autores apelaram contra o encerramento da execução sem o pagamento da multa que incidira em razão do atraso no cumprimento da obrigação.

A decisão de fls. 639-646, acolhendo as razões da apelação, anulou a sentença e determinou o retorno dos autos para o prosseguimento da execução.

O órgão colegiado negou provimento ao agravo interno para manter a decisão, reafirmando seus fundamentos (fls. 665-675), com acórdão assim ementado:

AGRAVO (ART. 557 DO CPC). EXECUÇÃO FISCAL. FGTS. PRESCRIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O agravo previsto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil tem o propósito de submeter ao órgão colegiado o controle da extensão dos poderes do relator, bem como a legalidade da decisão monocrática proferida, não se prestando à rediscussão da matéria já decidida.
2. Mantida a decisão agravada, porque seus fundamentos estão em consonância com a jurisprudência pertinente à matéria.
3. Agravo a que se nega provimento (fl. 674).

A CEF opôs os embargos de declaração de fls. 680-681 e 700-701, que foram rejeitados, respectivamente, pelos acórdãos de fls. 684-691 e 704-711.

Nas razões do seu recurso especial, a CEF alega, inicialmente, ofensa ao art. 535, inciso II, do CPC/73, sustentando que a Corte Regional, embora provocada por embargos de declaração, deixou de se manifestar sobre a alegada influência dos próprios exequentes na demora do cumprimento da obrigação, pois também não se manifestaram nos autos no período de maio de 2003 a julho de 2004; sobre a violação dos princípios da boa-fé objetiva, da cooperação e da lealdade processual; sobre a prescrição da pretensão; sobre a dificuldade de cumprimento do julgado, diante da grande quantidade de ações a que responde; sobre a preclusão e a supressão de instância e sobre o valor excessivo e desproporcional da multa fixada.

Em seguida, alega ofensa ao art. 461, *caput* e §§ 4º e 6º, do CPC/73. No ponto, aduz que, não sendo a detentora de todos os extratos das

# Superior Tribunal de Justiça

contas vinculadas, teve que requisitá-los aos bancos depositários, o que ocorreu em 30/3/2004, data em que deveria ser tida como cumprida a obrigação. Ainda a propósito da alegação de ofensa ao referido dispositivo processual, sustenta que a multa, pelos parâmetros segundo os quais foi fixada, resulta em valor excessivo e desproporcional – acumulada em R\$ 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais), em agosto/2007 – diante do valor correspondente aos juros progressivos então creditados [R\$ 1.827,04 (mil, oitocentos e vinte e sete reais e quatro centavos)].

Alegando violação dos arts. 473, 503 e 515, *caput* e § 1º, do CPC, a CEF sustenta que os exequentes não postularam oportunamente pelo pagamento do valor acumulado das multas diárias, estando, portanto, preclusa a pretensão de executar essa parcela.

Aduz ainda que o Tribunal decidiu sobre a possibilidade de cobrança das multas sem que o juízo de origem houvesse se manifestado sobre a questão, ocorrendo, assim, a supressão daquela instância.

Invoca o art. 206, § 3º, incisos III e V, do Código Civil, para alegar que transcorram mais de 3 (três) anos entre 30/3/2004, quando foram tomadas as primeiras medidas para o cumprimento da decisão, e 24/8/2007, data da interposição da apelação, estando, portanto, prescrita a pretensão executória no tocante à multa.

Alega também que os exequentes, deliberadamente, contribuíram para o retardamento do cumprimento da obrigação ao não se manifestarem nos autos no período transcorrido entre a citação, ocorrida em maio/2003, e julho/2004, deixando de observar o dever de agir com boa-fé, lealdade e cooperação, a teor do que prescreve o art. 14, II, do CPC/73.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 783-794, pela manutenção do acórdão.

Relatados. Decido.

A decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Afasto, inicialmente, a alegação de ofensa ao art. 535, inciso II, do CPC/73, porque não demonstrada omissão capaz de comprometer a fundamentação do acórdão recorrido ou de constituir-se em empecilho ao conhecimento do recurso especial. Citem-se, a propósito, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.374.797/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 10/9/2014; AgRg no AREsp 369.791/SP, Terceira

# *Superior Tribunal de Justiça*

Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 9/9/2014; AgRg no REsp 1.172.506/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 26/8/2014; AgRg no AREsp 207.064/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 8/9/2014.

No tocante ao alegado excesso do valor da multa diária cominada diante do descumprimento da decisão judicial, uma primeira observação se impõe porque óbvia: a sujeição a uma sanção pecuniária, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), não foi motivo relevante o suficiente para que a CEF se apressasse em cumprir a obrigação de fazer ou, se inconformada com a medida coercitiva, oportunamente lançasse mão do meio adequado de impugnação da decisão que a fixara. Não fazendo nenhuma coisa e nem a outra, presume-se que pareceu razoável à recorrente deixar para tomar as primeiras providências (requisição dos extratos aos bancos) depois de quase um ano.

Nesse contexto, outra observação que se pode fazer é que a alegação de desproporção ou irrazoabilidade do valor total das astreintes, diante do conteúdo econômico decorrente da decisão que obrigava a recorrente, não parece totalmente correta, pois um dos componentes do montante final das multas é exatamente o tempo que a obrigada, a seu critério (visto que não se opôs oportunamente à cominação), levou para iniciar o cumprimento da obrigação. Assim, pretender a redução do valor da multa apontando o acumulado como supostamente excessivo é argumento que visa tirar proveito do próprio comportamento recalcitrante.

Sob esse ponto de vista, ao menos em linha de princípio, o critério mais adequado para aferir a razoabilidade e a proporcionalidade das astreintes é o do cotejo entre o valor diário da multa e a obrigação que deve ser cumprida. No presente caso, examinando a questão em perspectiva, é de se concluir que se fosse menor o valor da multa, possivelmente mais tempo a ré levaria para desincumbir-se da obrigação.

O Juízo de origem fez a sua ponderação e chegou ao valor da multa diária que lhe parecia adequado ao propósito coercitivo. Em tal contexto, o reexame de circunstâncias e de outros elementos de convicção que determinaram o valor da sanção pecuniária encontra empecilho no entendimento contido na Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RECURSO ESPECIAL CUJO OBJETO É SOMENTE A IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA (ASTREINTES). RECURSO ESPECIAL N. 1.474.665/RS - TEMA N. 98: É POSSÍVEL A IMPOSIÇÃO DE ASTREINTES. REVISÃO DO VALOR. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.474.665/RS - Tema n. 98, submetido ao regime de recursos repetitivos,

# *Superior Tribunal de Justiça*

firmou a tese de que é possível a imposição de multa diária (astreintes) a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros.

II - De acordo com a jurisprudência do STJ, entende-se que o valor fixado a título de astreintes, via de regra, não pode ser revisto ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Excepcionalmente admite-se sua revisão quando o valor da multa diária se mostra irrisório ou exorbitante.

III - Na hipótese dos autos, o alegado montante de R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais) é resultado do total de dias de atraso, tendo o Tribunal de origem inclusive reduzido a multa diária fixada no primeiro grau de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o valor de R\$ 100,00 (cem reais), por entender essa quantia mais adequada para compelir o Estado a cumprir a determinação judicial. Assim sendo, fica claro que a multa diária não se mostra excessiva de modo a ensejar a flexibilização da aplicação do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

IV - Nesse contexto, analisar eventual violação do art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973, demandaria necessariamente o reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado na instância especial ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.024.294/ES, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe de 12/3/2018.)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.**

1. É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 6º do artigo 461 do CPC/73, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva. Precedentes.

1.1 No caso em tela, a Corte de origem reduziu o valor da multa sem, contudo, atingir patamar irrisório, porquanto observados o princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade, sendo, portanto, inafastável a aplicação do óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.331.405/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe de 19/12/2018.)

Não podem passar despercebidos o longo prazo (60 dias) concedido para que a CEF desse início ao cumprimento da sentença e a posterior reiteração da intimação – 3 meses após o fim daquele prazo inicial. Assim, embora os exequentes não se tenham manifestado sobre a certidão de fl. 481, que dá conta do descumprimento, o mesmo despacho, que os instava a se pronunciarem, antecipou-se em alertar a ré sobre a consequência da sua desídia. Ressalte-se que até aquele momento ainda não se havia consolidado o valor da multa, a permitir a sua cobrança. Não há, nesse ponto, espaço para a alegação de preclusão.

Ainda a propósito da suposta preclusão da pretensão executória

relativa às astreintes, a jurisprudência desta Corte tem entendimento firmado de que "a renúncia ao crédito exequendo remanescente, com a conseqüente extinção do processo satisfativo, reclama prévia intimação, vedada a presunção de renúncia tácita" (REsp 1.143.471/PR, Rel. Min. Luiz Fux, sob o rito do art. 543-C do CPC, DJe 22/2/10).

Quanto à alegada supressão da primeira instância na análise da pretensão executória remanescente, relativa às astreintes, é necessário ter presente que, se foi o próprio juiz que fixou a cominação, não é razoável entendê-lo alijado do exame da pretensão. No caso, o silêncio da sentença (fl. 601), quanto a tal aspecto da controvérsia, não socorre à alegação da recorrente, porque, sendo questão surgida com o decreto de extinção da execução e a respeito da qual não se admite renúncia tácita, não estava a Corte Regional impedida de conhecê-la e julgá-la, a teor do art. 515, § 1º, do CPC/73.

Não prospera a tese da prescrição.

Assumindo que é de 3 (três) anos o prazo prescricional, a recorrente alega que seu transcurso iniciou-se em 30/3/2004, quando teria dado início às medidas para o cumprimento do título judicial.

Embora seja aceitável a tese de que a incidência da multa tenha cessado com os primeiros atos destinados ao cumprimento da obrigação (requisições de extratos aos bancos), não é possível acolher o argumento de que ao caso se aplica o prazo previsto no art. 206, § 3º, do Código Civil, isso porque não se cuida de pretensão relativa à hipótese do inciso III e tampouco a do inciso V, mas tão somente à repercussão econômica da manifestação do poder coercitivo judicial. Sendo assim, à mingua de uma norma específica, tem incidência o prazo estabelecido no *caput* do art. 205 do Código Civil, que é de 10 (dez) anos.

A alegação de violação do art. 14, II, do CPC/73 também não socorre à recorrente. Não é possível atribuir aos exequentes o dever de mitigar perdas decorrentes do ônus processual a que se sujeitou a ré por não ter iniciado tempestivamente o cumprimento da obrigação de fazer imposta no título executivo judicial. Não ficou configurado, na conduta processual dos exequentes, nenhum dos elementos doutrinariamente reconhecidos como caracterizadores da ausência de boa-fé objetiva. Não consta que tenham abusado de suas posições jurídicas ou frustrado a relação confiança que se espera existir entre as partes.

Por fim, a bem da correta apuração do *quantum debeatur*, resta examinar a tese recursal relativa aos termos inicial e final do período de incidência da multa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A apelação veicula pretensão assim sintetizada no acórdão recorrido, "Requerem, assim, a reforma da sentença com o retorno dos autos à Vara de Origem para o pagamento da penalidade anteriormente imposta, contada da data da intimação para o pagamento (23.05.2003) até a da prestação das informações de diligências perante os bancos depositários (26.04.2004)" (fl. 641).

Embora tenha dado provimento ao recurso, a Corte de origem, reconhece que:

[...] entre a data da citação para o cumprimento da obrigação de fazer em 60 (sessenta) dias e a primeira manifestação da Caixa Econômica Federal naquele sentido decorreu mais de 1 ano, restando, assim, configurada a mora da executada a ensejar o pagamento da multa a partir da data em que a obrigação deveria ter sido cumprida, qual seja, 23 de julho de 2003" (fl. 643). Informa ainda, o acórdão, que "a executada somente diligenciou junto aos bancos depositários para a obtenção dos extratos fundiários na data de 30 de março de 2004, não lhe socorrendo a tese da demora daquelas instituições financeiras em fornecer os documentos para a elaboração do cálculo" (fl. 654).

Vê-se, assim, que o provimento da apelação deu-se no sentido de fixar, em 23/7/2003 e 30/3/2004, os termos do período de incidência da multa pelo descumprimento da obrigação de fazer, de modo que carece a recorrente de interesse recursal, nesse ponto.

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, incisos I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial para, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator